

**CENTRO SOCIAL DE APOIO À CRIANÇA E ADOLESCENTE
CONJUNTO PAULO VI**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

CENTRO SOCIAL DE APOIO À CRIANÇA E ADOLESCENTE CONJUNTO PAULO VI
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

QUADRO 1 – Balanços patrimoniais

QUADRO 2 – Demonstrações do superávit/ (déficit) do exercício

QUADRO 3 – Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

QUADRO 4 – Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO MG – 2019/67

Aos Administradores do

CENTRO SOCIAL DE APOIO À CRIANÇA E ADOLESCENTE CONJUNTO PAULO VI.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **CENTRO SOCIAL DE APOIO À CRIANÇA E ADOLESCENTE CONJUNTO PAULO VI** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do superávit/déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **CENTRO SOCIAL DE APOIO À CRIANÇA E ADOLESCENTE CONJUNTO PAULO VI** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (NBC ITG 2002 R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

O ChildFund Brasil vem desenvolvendo estratégias e instrumentos para aprimorar a relação com a rede de parceiros, visando não só potencializar sua capacidade operacional de apoio técnico, bem como encorajar a busca por outras fontes de recursos para se tornarem organizações sustentáveis. A ferramenta SID – Sustentabilidade, Incorporação e Distrato, determina as Entidades que são sustentáveis para permanecerem na rede, as Entidades que para se tornarem sustentáveis passarão por processo de incorporação, e as Entidades que sofrerão distrato por não serem sustentáveis e nem candidatas a incorporação. De acordo com análise, a expectativa para os próximos exercícios (2020-2022) é a incorporação e desfiliação de algumas entidades. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações da Entidade. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras de exercícios anteriores examinadas por outro auditor independente

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 23 de abril de 2018, sem modificações.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.
- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 31 de março de 2019.



Gilberto Galinkin
Contador CRC MG - 035.718/O-8
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC MG - 005.455/O-1



Cristina Braga de Oliveira
Contadora CRC MG - 079.371/O-6
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC MG - 005.455/O-1

QUADRO 1**Centro Social de Apoio à Criança e ao Adolescente do Conjunto Paulo VI**

Balanços patrimoniais em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em reais, com centavos arredondados)

ATIVO	Notas Explicativas	2018	2017	PASSIVO	Notas Explicativas	2018	2017
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e Equivalente de Caixa	3	209.508	80.059	Fornecedores Nacionais	10	7.048	2.777
Contas a Receber	4	873	850	Obrigações Fiscais	11	330	92
Adiantamento a Funcionários	5	27.011	26.139	Obrigações Previdenciárias e Sociais	12	12.257	11.221
Adiantamento a Terceiros	5	680	-	Obrigações com Pessoal	13	44.811	43.223
Despesas Antecipadas	6	731	996	Provisão - Férias e Encargos Sociais	14	62.545	63.404
				Saldo Credor a Regularizar	17	1.905	4.281
				Outras Obrigações a Pagar	18	6.000	-
				Ações Trabalhistas	19	14.241	14.241
				DFC-Presentes a Repassar	21	7.110	10.095
				Termo de Colaboração - Governamental	22	173.833	48.938
		-	-				
Total do ativo circulante		238.803	108.044	Total do passivo circulante		330.080	198.272
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
PERMANENTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	7	463.563	135.683	Patrimônio Social	23	102.797	42.260
Intangível	8	1.919	-	Superávit ou Déficit Acumulado	23	271.408	3.195
Total do ativo não circulante		465.482	135.683	Total do patrimônio líquido		374.205	45.455
TOTAL DO ATIVO		704.285	243.727	TOTAL DO PASSIVO		704.285	243.727

QUADRO 2
Centro Social de Apoio à Criança e ao Adolescente do Conjunto Paulo VI
 Demonstrações do superávit (déficit) em 31 de Dezembro 2018 e 2017
 (Valores expressos em reais, com centavos arredondados)

	Notas Explicativas	2.018	2.017
RECEITAS OPERACIONAIS			
Subvenção Governo Municipal			
Termo Colaboração - Governo Municipal		1.070.052	783.660
Doações Recebidas - Governo Municipal		34.311	45.604
Total Subvenção Governo Municipal	25	1.104.363	829.264
Verbas do ChildFund Brasil			
Subsídios m- Estrangeiro e Brasileiro		163.022	163.074
Outras Subvenções		35.595	
Total Verbas do ChildFund Brasil	25	198.617	163.074
Verbas da Comunidade			
Contribuições e Repasses da Comunidade		30.853	45.319
Doações Recebidas - Comunidade		52.236	156.089
Total Verbas da Comunidade	25	83.089	201.408
Verbas de Parceiros - Pessoas Jurídicas			
COPASA - Companhia de Saneamento de MG		3.334	1.278
CEMIG Distribuição S/A		1.667	1.418
Total Verbas de Parceiros - Pessoas Jurídicas	25	5.001	2.696
Verbas de Aluguel			
Aluguel		10.388	6.375
Total Verbas de Aluguel	25	10.388	6.375
Receitas Financeiras			
	25	10.774	2.818
Total das Subvenções e Doações Recebidas		1.412.232	1.205.635
Doações Patrimoniais	25	57.341	3.980
Isenção Quota Patronal Previdenciária	25	166.999	162.871
Serviço Voluntário	25	6.115	4.317
Total Outras Receitas Operacionais		230.455	171.168
		1.642.687	1.376.803
DESPESAS OPERACIONAIS			
Subvenção Governo Municipal			
Gratuidade Assistência Social Projetos Comunitários - Governo Municipal			
Despesas com Serviços de Terceiros			4.468
Despesas com os Projetos Assistenciais		45.006	43.308
Repasses de Doações		34.311	35.202
Total		79.317	82.978
Gratuidade Assistência Social Projetos Socialização - Governo Municipal			
Despesas com Pessoal e Encargos Sociais		668.130	549.418
Despesas com Serviços de Terceiros		15.293	15.141
Despesas com os Projetos Assistenciais		41.473	77.515
Repasses de Doações			10.402
Total		724.896	652.476
Gratuidade Assistência Social Apoio Administrativo - Governo Municipal			
Despesas com Pessoal e Encargos Sociais			90.445
Despesas com Serviços de Terceiros		41.649	35.871
Despesas com os Projetos Assistenciais		2.433	2.701
Total		44.082	129.107
Despesas Financeiras		1.778	2.776
Despesas Tributárias		177	826
Total Gratuitades Subvenção Governo Municipal	26	850.250	867.963
Subvenção ChildFund Brasil			
Gratuidade Assistência Social Projetos Comunitários - ChildFund Brasil			
Despesas com os Projetos Assistenciais		2.834	5.086
Total		2.834	5.086
Gratuidade Assistência Social Projetos Socialização - ChildFund Brasil			
Despesas com Pessoal e Encargos Sociais		84.249	77.165
Despesas com Serviços de Terceiros		37.421	17.160
Despesas com os Projetos Assistenciais		24.299	11.606
Total		145.969	105.931
Gratuidade Assistência Social Apoio Administrativo - ChildFund Brasil			
Despesas com Pessoal e Encargos Sociais			13.520
Despesas com Serviços de Terceiros		18.363	7.272
Despesas com os Projetos Assistenciais		4.374	3.258
Total		22.737	24.050
Despesas Financeiras		3.388	3.090
Despesas Tributárias		96	119
Total Gratuitades Subsídios ChildFund Brasil	26	175.034	138.276
Verbas da Comunidade e Parceiros - Pessoas Jurídicas			
Gratuidade Assistência Social Projetos Comunitários - Comunidade e Parceiros			
Despesas com os Projetos Assistenciais		2.603	1.596
Subvenção COPASA - Comp. Saneamento de MG		3.334	1.278
Repasses de Doações		19.867	12.357
Total		25.804	15.231
Gratuidade Assistência Social Projetos Socialização - Comunidade e Parceiros			
Despesas com Serviços de Terceiros		4.223	2.073
Despesas com os Projetos Assistenciais		6.194	6.484
CEMIG Distribuição S/A		1.667	1.418
Repasses de Doações		28.668	124.623
Total		42.752	134.598
Gratuidade Assistência Social Apoio Administrativo - Comunidade e Parceiros			
Despesas com Serviços de Terceiros		5.486	2.312
Despesas com os Projetos Assistenciais		8.228	8.178
Total		13.714	10.490
Despesas Financeiras		1.722	1.895
Despesas Tributárias		14	10
Total Gratuitades Verbas da Comunidade e Parceiros	26	84.006	162.224
Total das Gratuitades	26	1.109.290	1.168.463
Depreciação / Amortização	26	31.534	19.330
Isenção Quota Patronal Previdenciária	26	166.999	162.871
Serviço Voluntário	26	6.115	4.317
Ações Judiciais	26		14.241
Total de Outras Despesas Operacionais		204.648	200.759
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	26	1.313.938	1.369.222
Superávit/déficit do exercício		328.749	7.581

QUADRO 3**Centro Social de Apoio à Criança e ao Adolescente do Conjunto Paulo VI**

Demonstrações do superávit (déficit) em 31 de Dezembro 2018 e 2017

(Valores expressos em reais, com centavos arredondados)

Descrição	Patrimônio Social	Ajustes Exercícios Anteriores	Superávit / Déficit Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	50.962	-	(12.682)	38.280
Incorporação ao Patrimônio Social	(12.682)	-	12.682	-
Doações Patrimoniais	3.980	-	(3.980)	-
Ajustes Exercícios Anteriores	-	(405)	-	(405)
Superávit do Exercício	-	-	7.580	7.580
Saldos em 31 de dezembro de 2017	42.260	(405)	3.600	45.455
Incorporação ao Patrimônio Social	3.195	405	(3.599)	1
Doações Patrimoniais	57.342	-	(57.342)	-
Superávit do Exercício	-	-	328.749	328.749
Saldos em 31 de dezembro de 2018	102.797	-	271.408	374.205

QUADRO 4**Centro Social de Apoio à Criança e ao Adolescente do Conjunto Paulo VI**

Demonstrações do superávit (déficit) em 31 de Dezembro 2018 e 2017

(Valores expressos em reais, com centavos arredondados)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit do Exercício	328.749	7.580
<u>Ajustes por:</u>		
Depreciação / Amortização	31.534	19.330
Bens Recebidos em Doação	(57.341)	(3.980)
	<u>302.942</u>	<u>22.930</u>
Aumento (Redução) nos Ativos Circulantes		
Contas a Receber	(23)	(850)
Impostos/Contribuições a Recuperar		2
Adiantamento a Funcionários	(872)	(6.477)
Adiantamento a Terceiros	(680)	
Despesas Antecipadas	265	-
	<u>(1.310)</u>	<u>(7.325)</u>
Aumento (Redução) nos Passivos Circulantes		
Fornecedores Nacionais	4.271	1.608
Obrigações Fiscais	238	8
Obrigações Previdenciárias e Sociais	1.036	4.010
Obrigações com Pessoal	1.588	4.409
Provisão - Férias e Encargos Sociais	(859)	6.378
Saldo Credor a Regularizar	(2.376)	3.186
Outras Obrigações a Pagar	6.000	(880)
Ações Trabalhistas		14.241
DFC-Presentes a Repassar	(2.985)	2.391
Convênios Governamentais	124.895	(31.615)
	<u>131.808</u>	<u>3.736</u>
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	<u>433.440</u>	<u>19.341</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de investimentos		
Adição ao Imobilizado - recursos próprios	(301.899)	(38.158)
Adição ao Intangível - recursos próprios	(2.092)	-
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	<u>(303.991)</u>	<u>(38.158)</u>
Aumento/Redução no Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>129.449</u>	<u>(18.817)</u>
Demonstração do aumento (redução) nas disponibilidades		
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	80.059	98.876
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	209.508	80.059
Aumento/Redução no Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>129.449</u>	<u>(18.817)</u>

CENTRO SOCIAL DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DO CONJUNTO PAULO VI

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro Social de Apoio à Criança e ao Adolescente do Conjunto Paulo VI, fundado em 25 de fevereiro de 1996, é uma pessoa jurídica de direito privado sem finalidade de lucros. Possui reconhecimento de utilidade pública no âmbito federal e municipal, com registro no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, processo nº 71010.000159/2003-12, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social, processo nº 71000.027155/2011-01.38115, registrada no Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte sob o nº 032 e no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sob o nº 00038 em 11/08/2016.

Seu foco de atuação está na prestação de serviço e atendimentos gratuitos, na esfera educacional e social, direcionado as crianças, jovens e seus familiares, carentes, residentes nas regiões adjacentes ao bairro Conjunto Paulo VI. Atende seus objetivos estatutários ao desenvolver projetos na área de assistência social – de caráter educacional, cultural, social, promocional – de forma direta e/ou indireta, com apoio da comunidade e por meio de parcerias com Órgão Público, Prefeitura de Belo Horizonte e Organizações Não Governamentais, como o ChildFund Brasil, sem conflitos com seus objetivos e finalidades.

De acordo com seu Estatuto:

Art. 2º - Para o desenvolvimento de suas atividades, o Centro Social de Apoio à Criança e ao Adolescente do Conjunto Paulo VI observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e da eficiência, com a prerrogativa de promover a inclusão social de crianças, adolescentes, famílias e seus núcleos de relacionamento e comunidade, através do acesso a atividades de assistência social, educação, cultura, saúde, acesso ao mercado de trabalho, esporte e lazer, tendo como objetivos:

- a) Buscar o fortalecimento de parcerias que viabilizem o envolvimento dos setores público, privado, o trabalho interdisciplinar e intersetorial para o desenvolvimento de ações educativas, de assistência, de promoção do acesso ao mercado de trabalho, saúde, cultura, esporte e lazer;
- b) Executar atividades que viabilizem o desenvolvimento integral de crianças, observando os aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade;
- c) Realizar e apoiar atividades culturais, esportivas e de lazer, tais como: torneios esportivos, atividades recreativas, shows, feiras, exposições e mostras culturais, entre outras, que promovam a integração social;
- d) Realizar acompanhamento das famílias inscritas residentes na região de atuação através de atividades, como: visitas domiciliares, ciclos de debate, workshops, encontros e outras atividades que viabilizem processos contínuos de discussão e reflexão;

- e) Envolver e articular crianças, adolescentes e suas famílias, valorizando e favorecendo o fortalecimento dos vínculos familiares, a mobilização social e a emancipação comunitária;
- f) Promover atividades educativas de cunho crítico e social e/ou complementares a educação formal, com incentivo cultural nas áreas de música, teatro, artes plásticas, cinema, mídias digitais e, incentivo à formação de caráter desportivo e outras relacionadas, visando a diminuição da evasão escolar e facilitando os processos de aprendizagem de crianças e adolescentes;
- g) Executar ações que favoreçam a promoção humana, a solidariedade, o desenvolvimento integral das potencialidades e o protagonismo juvenil.

2. BASE APRESENTAÇÃO E PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de Apresentação

As presentes demonstrações financeiras, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, são de responsabilidade da Administração, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), aplicáveis as Entidades Sem Finalidade de Lucros, que compreendem a NBC ITG 2002 (R1) e NBC T – 10.19. De acordo com o alcance da ITG 2002 (R1), “aplica-se também a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (IFRS SME) ou as normas completas (IFRS completas) naqueles aspectos não abordados por esta Interpretação”.

2.2. Políticas contábeis

a. Receitas e despesas

As receitas, as contribuições, as despesas e as gratuidades são reconhecidas, mensalmente, respeitando os Princípios Fundamentais da Contabilidade, em especial os Princípios da Competência e o da Oportunidade. As doações e as subvenções recebidas para custeio e investimento são reconhecidas no resultado, observando o disposto na NBC TG 07 (R1) – Subvenção e Assistência Governamentais. Todas reconhecidas mediante documentos hábeis e idôneos, registradas em contas próprias e segregadas, inclusive as patrimoniais, quando aplicável.

b. Ativos e passivos circulantes

Um ativo é reconhecido quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Um passivo é reconhecido quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Aos ativos e passivos circulantes são acrescidos, quando aplicável, das correspondentes variações monetárias incorridas e dos encargos.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

c. Estimativas e premissas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração inclua e efetue estimativas, adote premissas, no seu melhor julgamento, tais como: mensuração de estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões, estimativas da vida útil de determinados ativos e outros similares; que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os resultados efetivos (reais) podem diferir daqueles estimados.

d. Termo de colaboração

“Em decorrência da adequação da relação jurídica ao novo marco regulatório das parcerias, o Instrumento Jurídico de convênio passa a ser substituído por Termo de Colaboração, conforme art. 83, parágrafo 2, II da Lei Federal 13.019/201 e art. 104, parágrafo 2, II do Decreto Municipal 16.519/2016”, para com a Prefeitura de Belo Horizonte.

e. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalente de caixa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicação financeira temporária de conversibilidade imediata, em um montante conhecido de caixa estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor justo. Os ativos que compõem a rubrica estão mencionados na nota nº. 3.

f. Ativos e passivos não circulantes

Compreendem os bens, direitos e obrigações realizáveis após doze meses subsequentes à data base das referidas demonstrações financeiras, acrescidos das correspondentes variações monetárias incorridas e dos encargos, se aplicável, até a data do balanço.

O imobilizado e o intangível se apresentam pelo custo de aquisição ou valor original (doações), deduzido a depreciação e a amortização acumuladas. A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear, a taxa que levam em consideração o tempo de vida útil remanescente dos bens conforme mencionado na nota nº 7 e nº 8.

Um bem patrimonial é baixado quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso, pela venda, por furto ou roubo, inutilidade. Eventual ganho ou perda advinda da baixa do ativo é incluído nas demonstrações financeiras no exercício em que o fato ocorrer.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As posições de Caixa e Equivalentes de Caixa, em 31 de dezembro, estavam assim representadas:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa	171	103
CEF - 803485-9 / PBH-ARNE		45.094
CEF - 803486-7 / PBH-IARNE	174	293
BBD - 100278-3 / Comunidade	1	1.473
BBD - 074725-4 / ChildFund	1	1
CEF - 803485-9 / F. Investimento	166.618	7
CEF - 803486-7 / F. Investimento	7.041	3.543
BBD - 100278-3 / Poupança	7.526	2.261
BBD - 100278-3 / Investimento	3.736	
BBD - 074725-4 / Investimento	24.240	27.284
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>209.508</u>	<u>80.059</u>

As disponibilidades financeiras em aplicações financeiras são mantidas em fundos de investimentos de alta liquidez, que são prontamente conversíveis, em um montante conhecido de caixa, sem qualquer ônus à Entidade.

4. CONTAS A RECEBER – ALUGUEL

Representa, mensalmente, o controle da receita auferida pela Entidade através da locação, a terceiros, de parte do imóvel, conforme Contrato de Locação não residencial que entre si celebram o Centro Social de Apoio à Criança e ao Adolescente do Conjunto Paulo VI e Telemar Norte Leste S/A.

Os valores obtidos com o aluguel a Entidade mantêm, exclusivamente, para aplicação em projetos de assistência social, para atendimento as crianças inscritas e assistidas.

5. OUTROS CRÉDITOS – ADIANTAMENTOS

Em 31 de dezembro, a posição de Adiantamento a Funcionários e a Terceiros, em Outros Créditos, compõe a seguinte representação:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Adiantamento - Férias	27.011	26.139
Adiantamento - Serv. Terceiros	680	-
Total outros créditos	<u>27.691</u>	<u>26.139</u>

6. DESPESAS ANTECIPADAS

Em 31 de dezembro, a Entidade mantém contrato de seguro para seus bens considerado suficiente pela Administração, para cobrir eventuais sinistros.

Na Entidade não há política de monitoramento dos riscos inerentes as suas operações, conseqüentemente, não há contrato de seguro cobrindo a responsabilidade civil.

7. IMOBILIZADO

O Imobilizado registrado pelo custo de aquisição e doações, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas anuais, abaixo demonstradas, em 31 de dezembro, estava assim composto:

	Taxa de depreciação ao ano %	2018	2017
Benfeitorias imóveis de terceiros – recursos próprios	10	410.921	137.282
Máquinas e equipamentos	10	68.738	52.176
Móveis e utensílios	10	46.560	43.246
Biblioteca/brinquedoteca – RP	10	8.007	8.007
Computadores – recursos próprios	20	25.984	23.600
Benfeitorias imóveis de terceiros – recursos de terceiros	10	143.216	143.216
Máquinas e equipamentos – recursos de terceiros	10	46.854	27.669
Móveis e utensílios – recursos de terceiros	10	73.870	39.014
Computadores – recursos de terceiros	20	8.530	5.230
Edificações em andamento		6.000	-
		838.680	479.440
Depreciação acumulada		(375.117)	(343.757)
Total do imobilizado		463.563	135.683

8. INTANGÍVEL

O Intangível, representado basicamente por software, está registrado pelo custo de aquisição e doações, deduzido da amortização calculada pelo método linear com base nas taxas anuais, abaixo demonstradas, em 31 de dezembro, estava assim composto:

	Taxa de depreciação ao ano %	2018	2017
Softwares – recursos próprios	20	3.622	1.529
		3.622	1.529
Amortização acumulada		(1.703)	(1.529)
Total do intangível		1.919	-

9. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO E DO INTANGÍVEL

Bens imóveis - movimentação

	Bens imóveis - recursos próprios	Bens imóveis - recursos de terceiros	Bens imóveis - recursos de terceiros
Saldo em 31 de dezembro de 2016	44.448	-	44.448
Adições	34.157	-	34.157
Baixas/transferências	-	-	-
Depreciação/amortização	(5.684)	-	(5.684)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	72.921	-	72.921
Adições	279.640	-	279.640
Baixas/transferências	-	-	-
Depreciação/amortização	(17.157)	-	(17.157)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	335.404	-	335.404

Bens móveis - recursos próprios - movimentação

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	16.880	25.880	3.293	46.053
Adições	2.863	1.138	-	4.001
Baixas/transferências	-	-	-	-
Depreciação/amortização	(3.091)	(3.547)	(1.099)	(7.737)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	16.652	23.471	2.194	42.317
Adições	16.561	3.314	2.384	22.259
Baixas/transferências	-	-	-	-
Depreciação/amortização	(3.664)	(3.294)	(1.218)	(8.176)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	29.549	23.491	3.360	56.400

Bens móveis - recursos de terceiros - movimentação

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	7.387	14.957	405	22.749
Adições	2.380	1.600	-	3.980
Baixas/transferências	-	(405)	-	(405)
Depreciação/amortização	(2.575)	(2.899)	(405)	(5.879)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.192	13.253	-	20.445
Adições	19.185	34.856	3.300	57.341
Baixas/transferências	-	-	-	-
Depreciação/amortização	(2.924)	(2.937)	(165)	(6.026)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	23.453	45.172	3.135	71.760

Imobilizado e intangível - movimentação

	Bens imóveis	Bens móveis - recursos próprios	Bens móveis - recursos de terceiros	Total imobilizado	Intangível	Total do imobilizado e intangível
Saldo em 31 de dezembro de 2016	44.448	46.053	22.749	113.250	30	113.280
Adições	34.157	4.001	3.980,00	42.138	-	42.138
Baixas/transferências	-	-	(405)	(405)	-	(405)
Depreciação/amortização	(5.684)	(7.737)	(5.879)	(19.300)	(30)	(19.330)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	72.921	42.317	20.445	135.683	-	135.683
Adições	279.639	22.259	57.341	359.239	-	359.239
Baixas/transferências	-	-	-	-	-	-
Depreciação/amortização	(17.157)	(8.176)	(6.026)	(31.359)	-	(31.359)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	335.403	56.400	71.760	463.563	-	463.563

10. FORNECEDORES NACIONAIS

A representação dos Fornecedores Nacionais está formada pelos saldos a pagar aos fornecedores de bens materiais, o direito de propriedade e os saldos a pagar aos fornecedores de utilidades e de serviços prestados, reconhecidos e registrados a despesa, até a data do Balanço, mas a pagar posteriormente.

Em 31 de dezembro a rubrica, Fornecedores Nacionais está assim composta:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores diversos	55	-
COPASA Comp. Saneamento de MG	1.253	1.019
CEMIG Distribuição S/A	875	782
Telemar Norte Leste S/A	359	427
Segurança Medicina do Trabalho	542	-
Emive Patrulha 24 horas LTDA	247	-
Honorários contábeis	3.180	-
Pessoas jurídicas diversas	537	549
Total dos fornecedores nacionais	<u>7.048</u>	<u>2.777</u>

11. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Os saldos das contas do subgrupo Obrigações Fiscais representam a obrigação da Entidade com valores retidos, de encargos incidentes sobre os salários ou sobre os serviços prestados pagos a terceiros. A Entidade atua, simplesmente, como responsável pela retenção e, respectivo recolhimento, não representa nenhum ônus.

Em 31 de dezembro, a composição de Obrigações Fiscais estava assim representada:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
IRRF a recolher – folha de pagamento	149	66
ISS a recolher	146	1
Lei nº 10.883/2003	35	25
Total das obrigações fiscais	<u>330</u>	<u>92</u>

12. OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E SOCIAIS

As obrigações de previdência social e as sociais, advindas da convenção coletiva de trabalho celebrada junto ao sindicato da classe, são resultantes de taxas aplicadas sobre os salários ou sobre os serviços prestados por terceiros ou de valores, sobre estes, retidos. Estão representados nesse subgrupo, no mês de competência da folha de pagamento ou da comprovação do serviço contratado.

Em 31 de dezembro, a composição de Obrigações Previdenciárias e Sociais estava assim representada:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
INSS – FIS. Pagamento funcionários	4.224	4.067
INSS – serviços contratados	821	-
PIS	-	481
FGTS	5.875	5.729
Segura de vida em grupo	241	224
Mensalidade social – auxílio saúde	1.096	720
Total das obrigações fiscais	<u>12.257</u>	<u>11.221</u>

13. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

As Obrigações com Pessoal referem-se a salários e/ou remunerações, bem como benefícios que o empregado tenha direito, quando pagos em data posterior a qual forem incorridas.

Em 31 de dezembro, a composição de Obrigações com Pessoal estava assim representada:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ordenados e salários	44.811	43.223
Total das obrigações com pessoal	<u>44.811</u>	<u>43.223</u>

14. PROVISÃO - FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

Representa o saldo ajustado, da posição analítica, para o valor das férias somado ao 1/3 de férias, transcorridas e ainda não gozadas, acrescido dos respectivos encargos sociais: INSS, FGTS e PIS, quando aplicáveis.

Em 31 de dezembro, a composição de Provisões - Férias e Encargos Sociais está assim representada:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Provisão de férias	57.912	58.169
FGTS sobre férias	4.633	4.653
PIS sobre férias	-	582
Total das provisões de férias	<u>62.545</u>	<u>63.404</u>

15. ISENÇÃO DA QUOTA PATRONAL PREVIDENCIÁRIA – INSS

Como Entidade Beneficente de Assistência Social e ter recebido o Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos foi concedido à Entidade, através de ato declaratório, a isenção da quota patronal previdenciária do INSS. É registrada em contas patrimoniais em contrapartida com contas de resultado, segregadas, usufruída durante o exercício financeiro de 2018, totalizando o montante de R\$ 166.999,48 (R\$ 162.870,78, em 2017), assim representada:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Quota patronal previdenciária – empresa	132.366	129.480
Quota patronal previdenciária – terceiros	29.783	29.133
Quota patronal previdenciária – SAT	3.309	3.237
Quota patronal previdenciária – funcionários	165.458	161.850
Quota patronal previdenciária – C. Individual	1.542	1.021
Total isenção da quota patronal previdenciária	<u>167.000</u>	<u>162.871</u>

16. IMUNIDADE À CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – PIS

Como Entidade Beneficente de Assistência Social, ter recebido o Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, além de atender aos requisitos legais previstos nos artigos 9º e 14º do CTN, bem como no art. 29 da Lei nº 12.101/2009, a partir da competência setembro de 2018, rege-se pelo julgamento do Supremo Tribunal Federal à legislação vigente, ao recurso extraordinário nº 636.941/RS, fazendo jus à concessão do benefício da imunidade à Contribuição ao PIS/PASEP.

17. SALDO CREDOR A REGULARIZAR

O saldo apresentado refere-se à transferência do valor apurado ao final do exercício financeiro, em movimentação de conta corrente bancária (saldo com valor negativo), representada na rubrica Caixa e Equivalentes de Caixa – para melhor apropriação, como demonstração a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Quota patronal previdenciária – C. Individual	1.905	4.281
Total do saldo credor a regularizar	<u>1.905</u>	<u>4.281</u>

18. OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR

Em 31 de dezembro, a composição de Outras Obrigações a Pagar esta assim representada:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoas jurídicas	6.000	-
Total outras obrigações a pagar	<u>6.000</u>	<u>-</u>

19. AÇÕES TRABALHISTAS

A Entidade no desenvolvimento de suas atividades operacionais viu-se envolvida em questões de natureza trabalhista, processo: 0011540-14.2017.5.03.0140, rito ordinário, no montante de R\$ 14.240,54, substancialmente provisionado.

O resultado final, favorável ou desfavorável, depende de eventos futuros que não estão totalmente sob o controle da Entidade.

O risco de perda é estimado periodicamente pela Administração que considera a opinião de sua assessoria jurídica.

20. SERVIÇO VOLUNTÁRIO

A Entidade apropria e reconhece o Serviço Voluntário pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. As receitas e despesas são registradas em contas próprias, segregadas, assim como as contas patrimoniais – contrapartidas.

O serviço voluntário dos membros integrantes da Diretoria - Governança, no exercício de suas funções está assim representado:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Quantidade horas	228	186
Valor h/h	27	23
Total serviço voluntário	<u>255</u>	<u>209</u>

21. DFC-PRESENTES (Designated Fund Certificate)

A Entidade recebeu do parceiro ChildFund Brasil, em 2018, pelo sistema de apadrinhamento a importância de R\$ 42.161,34 (R\$ 53.053,40, em 2017), O valor recebido é repassado às crianças apadrinhadas, registrado em conta patrimonial segregada, passivo circulante, demonstrado conforme representação a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo anterior	10.095	7.704
DFC – presentes recebidos	42.162	53.053
DFC – presentes repassados	(45.146)	(50.662)
Total	<u>7.110</u>	<u>10.095</u>

22. TERMO DE COLABORAÇÃO GOVERNAMENTAL

Como mencionado na Nota 2, item 2.2.6, “Termo de Colaboração” vem substituir a nomenclatura “Convênio”, de acordo com a legislação vigente.

Referem-se a verbas recebidas, até a data base de 31 de dezembro, e que ainda não foram aplicadas, integralmente, nas atividades operacionais desenvolvidas pela Entidade, reconhecendo com segurança, que cumprirá com as condições estabelecidas pelo parceiro – Prefeitura de Belo Horizonte. A subvenção registrada no passivo, pelo regime de competência, será reconhecida como receita, segregada, em bases sistemáticas e racionais, confrontada com as despesas correspondentes, em cada período, em conformidade com a legislação vigente, principalmente a NBC TG 07 (R1).

Em 31 de dezembro, o saldo do Termo de Colaboração apresenta a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo inicial	48.938	80.553
Verba da PBH recebidas	1.194.947	756.378
Verba da PBH aplicadas	(1.070.052)	(787.993)
Total T. Colaboração a Realizar	<u>173.833</u>	<u>48.938</u>

	2017			2018		
	PBH/SME D Infantil	PBH/SMED Socializaçã o	TOTAL	PBH/SME D Infantil	PBH/SMED Socializaçã o	TOTAL
Saldo inicial	72.229	8.324	80.553	45.102	3.836	48.938
Recursos recebidos	624.198	132.180	756.378	1.082.587	112.360	1.194.947
Recursos aplicados	(651.325)	(136.668)	(787.993)	(961.071)	(108.981)	(1.070.052)
Saldo a realizar	45.102	3.836	48.938	166.618	7.215	173.833

Representação do saldo final para as contas bancárias que controlam as verbas dos Termos de Colaboração:

	2017	2018
CEF - 803485-9 /PBH ARNE	-	45.095
CEF - 803485 - 9 / Fundo de Investimento	166.618	7
Cheques em trânsito	-	-
Saldo contas bancárias PBH / SMED - Infantil	166.618	45.102
CEF - 803486-7 /PBH ARNE	174	293
CEF - 803486-7 / Fundo de Investimento	7.041	3.543
Saldo contas bancárias PBH / SMED - Socialização	7.215	3.836
Saldo a realizar	173.833	48.938

23. PATRIMÔNIO SOCIAL

O resultado do período é mantido na rubrica “Superávit ou Déficit Acumulado”, segregado e apropriado (incorporação) para a conta do Patrimônio Social após a aprovação dos Membros da Diretoria, em Ata.

Em 2018, foi aprovada pelos Membros da Diretoria a incorporação do déficit do exercício anterior (2017) ao Patrimônio Social, em conta segregada, no montante de R\$ 3.195,46.

Em 2018, a Entidade recebeu em doação bens patrimoniais, no montante de R\$ 57.340,88, que foi incorporado ao Patrimônio Social após apuração do resultado do exercício, em conta segregada.

O Patrimônio Social apresenta, no exercício financeiro de 2018, o montante de R\$ 102.796,56 (R\$ 42.260,22, em 2017).

Em 2018, o resultado apurado foi superávit, no montante de R\$ 328.749,21.

A representação no montante de R\$ 271.408,33 para Superávit ou Déficit Acumulado refere-se

ao valor da apuração do resultado do exercício financeiro de 2018, R\$ 328.749,21, somado ao valor das doações patrimoniais recebidas neste exercício, no total de (R\$ 57.340,88).

24. AJUSTES EXERCÍCIOS ANTERIORES

O saldo de (R\$ 404,94), em 31 de dezembro de 2017, representa as correções para os valores de determinados bens patrimoniais, assim como para os cálculos das depreciações e/ou amortizações acumuladas, conforme revisão analítica nos controles da Entidade, sem interferência na vida útil remanescente dos referidos bens patrimoniais.

25. DOAÇÕES E SUBVENÇÕES

A Entidade recebeu doações e subvenções, durante o exercício financeiro, registradas em contas de resultado – receitas, discriminadas e segregadas, em atendimento ao Decreto nº 8.242/2014. Excetuam-se, as receitas: doações de bens patrimoniais; isenção quota patronal previdenciária e serviço voluntário.

Em 2018 a Entidade recebeu como doações e subvenções o montante de R\$ 1.412.232,15 (R\$ 1.205.635,29, em 2017).

As doações e subvenções podem ser representadas como os demonstrativos a seguir:

	2018	2017
Subvenção governo municipal	1.104.363	829.264
Subsídios do ChildFund Brasil	198.617	163.074
Parceria – COPASA – Companhia Saneamento de MG	3.334	1.278
Parceria – CEMIG Distribuição S/A	1.667	1.418
Verbas da comunidade	83.089	201.408
Receitas de aluguel	10.388	6.375
Receitas financeiras	10.774	2.818
Total	1.412.232	1.205.635

	2018	2017
Receitas operacionais	1.642.687	1.376.803
Doações patrimoniais	(57.341)	(3.980)
Isenção quota patronal previdenciária	(166.999)	(162.871)
Serviço voluntário	(6.115)	(4.317)
Total	1.412.232	1.205.635

26. GRATUIDADES

As gratuidades oferecidas à comunidade carente são registradas, segregadamente, por verbas recebidas: Verbas da Comunidade; Verbas do ChildFund Brasil; Subvenção da Prefeitura de Belo Horizonte / SMED – Educação Infantil e Social.

As gratuidades são oferecidas por verbas, de assistência social, em projetos desenvolvidos pela Entidade, ainda subdivididas e mensuradas por atividades desenvolvidas: comunitário; socialização e apoio administrativo – ITG 2002, item 24; todas suportadas por documentação

hável. Excetuam-se as gratuidades: os valores com a despesa com depreciação / amortização; os valores da despesa com a isenção da quota patronal previdenciária; valores com a despesa com serviço voluntário.

Em atendimento ao disposto no Decreto nº 8.242/2014, a Entidade, no exercício de 2017, concedeu gratuidades no montante de R\$ (R\$ em 2016), conforme demonstrações a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Gratuidades verbas da comunidade	84.006	162.224
Gratuidades verbas do ChildFund Brasil	175.034	138.277
Gratuidades verbas do Governo Municipal	850.250	867.963
Total das gratuidades	<u>1.109.290</u>	<u>1.168.464</u>

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Gratuidades assistência social projetos comunitários	107.956	103.296
Gratuidades assistência social projetos socialização	913.616	893.005
Gratuidades assistência social apoio administrativo	80.553	163.647
Gratuidades assistência social despesas financeiras	6.888	7.761
Gratuidades assistência social despesas tributárias	277	755
Total das gratuidades	<u>1.109.290</u>	<u>1.168.464</u>

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a administração da Entidade entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor justo

MBM.BH Organização e Assessoria Contábil Ltda
Escritório – CRC MG: 007328/0-8

* * * * *